

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tácito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 • Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

Os passos que faltam

Pode parecer exagerada a previsão do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, de que, neste ano, com a definição dos termos do acordo com os credores particulares, haverá um ingresso de US\$ 20 bilhões no País. Mas não é. A entrada de capitais estrangeiros no Brasil vem se acelerando há mais de um ano, como uma espécie de antecipação do acordo. Em 1990, ela totalizou US\$ 5 bilhões; no ano passado, saltou para US\$ 11,6 bilhões; e, no primeiro semestre deste ano, atingiu US\$ 9 bilhões. Uma pequena aceleração pode perfeitamente levar o total do ano para os US\$ 20 bilhões.

Mas, ao contrário do que ocorreu nos dois outros maiores devedores latino-americanos — Argentina e México —, países nos quais o acordo teve efeitos notáveis no fluxo de capitais externos, no Brasil não se deve esperar, de imediato, muita coisa além dessa discreta aceleração.

Na Argentina e no México, o acordo da dívida foi concluído num momento em que os programas de estabilização e de abertura da economia estavam mais adiantados do que no Brasil e o acordo deu novo impulso a esses programas. No caso do México, em particular, o ajuste fiscal, o aperto monetário, a privatização e a abertura econômica apresentavam seus melhores resultados justamente no momento em que se concluiu o acordo com os credores (no início do ano passado). Os investidores estrangeiros, nessa época, tendo constatado que o Leste Europeu não era — e não será no futuro próximo — uma alternativa segura para seus capitais, procuravam opções interessantes em outras partes do mundo. Encontraram-nas na América Latina, exatamente nos países que normalizavam suas relações com a comunidade financeira internacional, estabilizavam suas economias e abriam as portas aos investimentos.

O Brasil tem todas as condições para ser uma das melhores — se não a melhor — opção latino-

americana, e o acordo abre as portas para os investidores estrangeiros. Neste momento, porém, há uma crise política grave que assusta esses investidores, os quais, é bom frisar, continuam, como a própria sociedade brasileira, esperando pelas reformas essenciais da economia do País. “Continuamos diante dos desafios de sempre”, resume a situação, com realismo, o presidente do Banco Central, Francisco Gros.

Em primeiro lugar, é preciso concluir o acordo, cujas linhas gerais foram acertadas pelos negociadores brasileiros e pelos representantes dos bancos credores. Os termos negociados precisam ser colocados num documento a ser aprovado pelo Senado Federal, para depois se conseguir a adesão dos bancos que detenham pelo menos 95% da dívida brasileira. Só então o acordo será assinado.

No plano interno, como bem lembrou o principal negociador brasileiro, Pedro Malan, o acordo por si só não faz cair a inflação. Não é nenhuma pajelança. Pode, sim, “ter alguma contribuição na mudança das expectativas e na sinalização dada aos investidores internos e externos”. O essencial para a queda da inflação é a manutenção da política econômica e a aprovação da reforma fiscal.

Manter a política econômica, observou Malan, exige “paciência, perseverança e determinação” da equipe chefiada pelo ministro Marcílio Marques Moreira. E a reforma fiscal, completamos nós, depende agora da consciência dos políticos brasileiros.

Apesar da crise política, a economia precisa continuar funcionando. Há uma brutal recessão e uma inflação “estabilizada” em 20-25% ao mês que precisam ser combatidas, para que deixem de produzir mais vítimas. A vitória contra a recessão e a inflação, que tornará o Brasil atraente aos investimentos, exige a reforma fiscal, cujo destino está nas mãos dos políticos.